

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	15
4. OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS.....	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	17
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	18
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	19
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	20
13. INVESTIMENTOS.....	21
14. IMOBILIZADO	25
15. INTANGÍVEIS.....	26
16. FORNECEDORES	26
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	27
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	27
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	29
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	29
21. PROVISÕES	29
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	33
23. RECEITA	33
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	34
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	36
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	37
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	38
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	45
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	47
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	49
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	56

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	438.337	509.152
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	304.857	445.639
Consumidores e Revendedores	07	898.046	494.893
Concessionários - Transporte de Energia		25.127	65.657
Ativo Financeiro da Concessão	12	2.254	287.692
Tributos Compensáveis	08	36.374	26.708
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	09	31.909	82.354
Revendedores - Transações com Energia Livre	07	42.617	20.755
Dividendos a Receber		71.810	66.832
Estoques		5.037	5.204
Outros Créditos		57.415	61.330
TOTAL DO CIRCULANTE		1.913.783	2.066.216
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	25.200	40.314
Tributos Compensáveis	08	39.386	37.392
Depósitos Vinculados a Litígios	11	161.252	159.358
Transações com Partes Relacionadas		25.755	30.471
Outros Créditos		9.368	9.472
Ativo Financeiro da Concessão	12	719.769	717.728
Investimentos	13	3.699.419	3.539.372
Imobilizado	14	5.345.432	5.414.273
Intangíveis	15	62.224	63.915
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.087.805	10.012.295
TOTAL DO ATIVO		12.001.588	12.078.511

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	18	820.420	829.396
Debêntures	18	478.258	632.886
Fornecedores	16	213.167	206.569
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	64.720	76.615
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		399.476	399.476
Salários e Encargos Sociais		79.146	51.337
Encargos Regulatórios	19	60.348	75.288
Participações nos Lucros		32.642	19.377
Transações com Partes Relacionadas		21.501	22.594
Obrigações Pós-Emprego	20	12.029	11.593
Concessões a Pagar		15.822	15.440
Outras Obrigações		29.003	49.189
TOTAL DO CIRCULANTE		2.226.532	2.389.760
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	18	849.187	852.728
Debêntures	18	1.933.358	2.340.953
Provisões	21	19.622	13.963
Obrigações Pós-Emprego	20	591.366	585.254
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	257.874	276.974
Encargos Regulatórios	20	49.677	42.935
Concessões a Pagar		166.695	165.221
Outras Obrigações		3.246	3.442
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.972.258	4.382.703
TOTAL DO PASSIVO		6.198.790	6.772.463
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	22		
Capital Social		3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		1.418.845	1.418.845
Ajustes de Avaliação Patrimonial		566.159	590.418
Lucros Acumulados		521.009	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.802.798	5.306.048
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.001.588	12.078.511

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
RECEITA	23	1.386.471	1.062.540
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(62.830)	(66.357)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(229.780)	(111.458)
		<u>(292.610)</u>	<u>(177.815)</u>
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	24		
Pessoal e Administradores		(52.132)	(50.442)
Materiais		(1.322)	(1.587)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(42.942)	-
Serviços de Terceiros		(17.395)	(17.063)
Depreciação e Amortização		(72.203)	(82.383)
Provisões (Reversões) Operacionais		(5.747)	977
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(32.465)	(47.011)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(17.639)	(23.538)
Outros custos de operação		(1.402)	(1.853)
		<u>(243.247)</u>	<u>(222.900)</u>
CUSTO TOTAL		(535.857)	(400.715)
LUCRO BRUTO		850.614	661.825
DESPESA OPERACIONAL	24		
Despesas com Vendas		319	(4.625)
Despesas Gerais e Administrativas		(73.071)	(42.150)
Outras Despesas Operacionais		(32.398)	(27.224)
		<u>(105.150)</u>	<u>(73.999)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		78.078	43.256
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		823.542	631.082
Receitas Financeiras	25	17.746	24.812
Despesas Financeiras	25	(130.996)	(142.274)
Resultado antes dos Impostos		710.292	513.620
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	(232.641)	(166.391)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	19.099	7.806
RESULTADO DO EXERCÍCIO		496.750	355.035
Lucro Básico por ação ordinária		0,1715	0,1226
Lucro Diluído por ação ordinária		0,1715	0,1226

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
RESULTADO DO PERÍODO	496.750	355.035
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada em conjunto	-	(14)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	496.750	355.021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	496.750	355.021

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 MARÇO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.296.785	989.503	799.788	-	5.086.076
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.3)	-	-	(13.114)	-	(13.114)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 REAPRESENTADO	3.296.785	989.503	786.674	-	5.072.962
Resultado do Exercício	-	-	-	355.035	355.035
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada em conjunto	-	-	(14)	-	(14)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(14)	355.035	355.021
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(39.855)	39.855	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	3.296.785	989.503	746.805	394.890	5.427.983
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.296.785	1.418.845	690.776	-	5.406.406
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.3)	-	-	(100.358)	-	(100.358)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO	3.296.785	1.418.845	590.418	-	5.306.048
Resultado do Exercício	-	-	-	496.750	496.750
Outros Resultados Abrangentes:					
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	496.750	496.750
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(24.259)	24.259	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	3.296.785	1.418.845	566.159	521.009	5.802.798

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	496.750	355.035
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	73.371	83.269
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	201	2.109
Equivalência Patrimonial	(78.078)	(43.256)
Juros e Variações Monetárias	115.434	126.024
Imposto de Renda e Contribuição Social	213.542	158.585
Provisões para Perdas Operacionais	5.432	3.747
Obrigações Pós-Emprego	16.367	13.194
Outros	12	(8.067)
	<u>843.031</u>	<u>690.640</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(403.153)	(62.544)
Tributos Compensáveis	(11.660)	(2.131)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	50.445	(94.828)
Transporte de Energia	40.530	(4.548)
Ativo Financeiro	300.839	(12.076)
Depósito Judiciais	(1.894)	(446)
Dividendos Recebidos	-	3.537
Outros	(12.933)	2.041
	<u>(37.826)</u>	<u>(170.995)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	6.598	(18.763)
Tributos e Contribuição Social	(11.895)	1.431
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(54.962)	84.489
Salários e Contribuições Sociais	27.809	(7.828)
Encargos Regulatórios	(8.198)	9.012
Obrigações Pós-Emprego	(9.819)	(11.150)
Outros	(6.126)	(21.986)
	<u>(56.593)</u>	<u>35.205</u>
Caixa Gerado nas Operações	748.612	554.850
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(177.680)	(84.489)
Juros Pagos	(197.722)	(318.013)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>373.210</u>	<u>152.348</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos	(86.948)	(49.944)
No Imobilizado	(2.451)	(2.656)
No Intangível	(430)	(113)
No Ativo Financeiro	(17.639)	(23.538)
Em Títulos e Valores Mobiliários	155.896	(234.366)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>48.428</u>	<u>(310.617)</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	-	2.363.143
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(492.453)	(2.574.922)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(492.453)	(211.779)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(70.815)	(370.048)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	509.152	1.150.309
No fim do exercício	438.337	780.261
	(70.815)	(370.048)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	31/03/2013		31/03/2012	
			Reapresentado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	1.620.564		1.344.776	
Receita de Construção	17.639		23.538	
Investimentos em Imobilizado	434		26.668	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	319		(4.625)	
	<u>1.638.956</u>		<u>1.390.357</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(245.973)		(121.687)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(67.358)		(72.474)	
Serviços de Terceiros	(33.852)		(37.982)	
Materiais	(9.491)		(32.411)	
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(46.101)		-	
Outros Custos Operacionais	(14.978)		(12.419)	
	<u>(417.753)</u>		<u>(276.973)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.221.203		1.113.384	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(73.371)		(83.269)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.147.832		1.030.115	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	78.078		43.256	
Receitas Financeiras	17.746		24.812	
	<u>95.824</u>		<u>68.068</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.243.656		1.098.183	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	121.788	9,79	84.804	7,73
Remuneração direta	60.394	4,85	55.469	5,05
Benefícios	21.474	1,73	19.527	1,78
FGTS	3.920	0,32	3.821	0,35
Outras	36.000	2,89	5.987	0,55
Impostos, Taxas e Contribuições	489.694	39,38	511.472	46,57
Federais	384.937	30,96	401.041	36,51
Estaduais	104.586	8,41	109.671	9,99
Municipais	171	0,01	760	0,07
Remuneração de Capitais de Terceiros	135.424	10,89	146.872	13,37
Juros	130.997	10,53	142.275	12,95
Aluguéis	4.427	0,36	4.597	0,42
Remuneração de Capitais Próprios	496.750	39,94	355.035	32,33
Lucros Acumulados	496.750	39,94	355.035	32,33
	<u>1.243.656</u>	<u>100,00</u>	<u>1.098.183</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 53 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 2 Termelétricas e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

Em 31 de março de 2013, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$312.749. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações

de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e reapresentadas em 16 de abril de 2013 na CVM, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

2.2 Reclassificação de Saldos Contábeis de 31 de março de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, originalmente emitidas em 14 de maio de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2013. Apesar da imaterialidade dos ajustes, individualmente e em conjunto, a Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 31 de março de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias que tiveram reclassificações imateriais para uma melhor compreensão dos efeitos:

Demonstração de Resultado	Nota	31/03/2012		
		Publicado	Reclassificações	Reapresentado
Receita		1.062.540	-	1.062.540
Custo Total		(400.715)	-	(400.715)
Lucro Bruto		(661.825)	-	(661.825)
Resultado de Equivalência Patrimonial	a	51.375	(8.119)	43.256
Despesas Financeiras	a	(150.393)	8.119	(142.274)
Resultado Antes dos Impostos		513.620	-	513.620
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos		(158.585)	-	(158.585)
Resultado do Exercício		355.035	-	355.035

Demonstração de Resultado Abrangente	Nota	31/03/2013		
		Publicado	Reclassificações	Reapresentado
Resultado do Exercício	e	355.035	-	355.035
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	e	(21)	21	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	e	7	(7)	-
Equivalência Patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada em conjunto	e	-	(14)	(14)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO				
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	e	355.021	-	355.021

Demonstração do Valor Adicionado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
Receita				
Venda de Energia e Serviços	e	1.340.151	4.625	1.344.776
Investimentos em Imobilizado	b	-	26.668	26.668
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	e	-	(4.625)	(4.625)
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	d	(111.458)	(10.229)	(121.687)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	d	(66.357)	(6.117)	(72.474)
Serviços de Terceiros	b	(26.790)	(11.192)	(37.982)
Materiais	b	(2.469)	(29.942)	(32.411)
Custo de Construção	b	(23.538)	23.538	-
Outros Custos Operacionais	b,d	(3.929)	(8.490)	(12.419)
Valor Adicionado Bruto		1.129.148	(15.764)	1.113.384
Valor Adicionado Líquido		1.045.879	(15.764)	1.030.115
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	a	51.375	(8.119)	43.256
Receitas Financeiras	e	24.875	(63)	24.812
Valor adicionado a Distribuir		1.122.129	(23.946)	1.098.183
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados		84.148	656	84.804
Remuneração direta	b	54.813	656	55.469
Impostos, Taxas e Contribuições		528.121	(16.649)	511.472
Federais	d	417.690	(16.649)	401.041
Remuneração de Capitais de Terceiros		154.825	(7.953)	146.872
Juros	a	150.456	(8.181)	142.275
Aluguéis	d	4.369	228	4.597
Valor Distribuído		1.122.129	(23.946)	1.098.183
Demonstração do Fluxo de Caixa				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixas				
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	e	-	2.109	2.109
Equivalência Patrimonial	a	(51.375)	8.119	(43.256)
Juros e Variações Monetárias	c	21.099	104.925	126.024
Imposto de Renda e Contribuição Social	c	(7.806)	166.391	158.585
Outros	a; e	2.161	(8.119)	(5.958)
Aumento (Redução) de Passivos				
Tributos e Contribuição Social	c	1.857	(426)	1.431
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	c	165.965	(81.476)	84.489
Empréstimos e Financiamentos		(212.659)	213.088	429
Caixa Gerado nas Operações				
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	c	-	(84.489)	(84.489)
Juros Pagos	c	-	(318.013)	(318.013)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais		152.348	-	152.348

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Reclassificação da amortização da mais valia de ativos da concessão de despesas financeiras para a linha de equivalência patrimonial com reflexos na Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração de Resultado;
- Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos de concessão por natureza de gastos;

- c) Alocação dos Juros e Variações Monetárias de custo e Imposto de Renda e Contribuição Social em atividades operacionais que não afetam o caixa e equivalente de caixa;
- d) Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentados líquidos dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo em 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais;
- e) Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas informações Contábeis Intermediárias.

2.3. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas informações contábeis intermediárias, de maneira retrospectiva. Estão destacadas abaixo as principais alterações com efeito nestas informações contábeis intermediárias.

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com o critério anterior do IAS 31 permitia a contabilização pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto. Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas

participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional. Dessa forma, passou a não mais apresentar informações contábeis intermediárias consolidadas.

Os efeitos nas informações contábeis intermediárias decorrentes do mencionado acima são como segue:

	Efeito no balanço patrimonial em 01.01.2012			Efeito no balanço patrimonial em 31.12.2012		
	Saldo em 01.01.2012	ajustes	Saldo ajustado em 01.01.2012	Saldo em 31.12.2012	ajustes	Saldo ajustado em 31.12.2012
Total do Ativo	11.649.033	-	11.649.033	12.078.511	-	12.078.511
Passivo						
Passivo circulante	5.194.152	-	5.194.152	2.389.760	-	2.389.760
Passivo Não Circulante	1.368.805	13.114	1.381.919	4.282.345	100.358	4.382.703
Benefícios Pós-Emprego	421.404	19.870	441.274	433.197	152.057	585.254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	309.260	(6.756)	302.504	328.673	(51.699)	276.974
Outros Passivos Não Circulantes	638.141		638.141	3.520.475		3.520.475
Total do Passivo	6.562.957	13.114	6.576.071	6.672.105	100.358	6.772.463
Patrimônio Líquido	5.086.076	(13.114)	5.072.962	5.406.406	(100.358)	5.306.048
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	11.649.033	-	11.649.033	12.078.511	-	12.078.511

Os saldos apresentados nestas Informações Contábeis Intermediárias referentes a 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2012 já contemplam a aplicação retrospectiva do pronunciamento, conforme efeitos mencionados acima.

A Companhia ajustou as suas demonstrações de fluxo de caixa e de valor adicionado referentes ao 1º trimestre de 2012 em função das novas práticas contábeis adotadas a partir de 2013.

2.4 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A Companhia manteve a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2012 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2013, com exceção das notas relacionadas a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2012	Informações Contábeis Intermediárias do 1T-2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões, autorizações e os Efeitos da Medida Provisórias nº 579 de 11 de setembro de 2012
5	30	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições E Imposto de Renda e Contribuição Social
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	27	Mensuração Pelo Valor Justo
33	29	Demonstração dos Fluxos de Caixa
34	31	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
32	Demonstrações Segregadas por Empresa

3. PRINCIPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme informado no item 2.3, em função de alteração no CPC.19 (R2), a Companhia passou, a partir de 1º de janeiro de 2013, a não mais apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

4. OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

Os principais efeitos da Lei 12.783 nas operações da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 04 das Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 03 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia, por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

A Companhia está em processo de análise da decisão do Ministério e definirá as ações futuras no sentido de garantir o direito de renovação previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

	31/03/2013	31/12/2012
Contas Bancárias	762	2.981
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	423.451	477.516
Outros	14.124	28.655
	437.575	506.171
	438.337	509.152

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 97% a 105% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	31/03/2013	31/12/2012
Certificados de depósitos bancários	160.104	324.147
Letras Financeiras Bancos	104.761	129.230
Debêntures	32.311	27.774
Letras Financeiras do Tesouro	28.606	-
Outros	4.275	4.802
	330.057	485.953
Circulante	304.857	445.639
Não Circulante	25.200	40.314

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2013	31/12/2012
Industrial	179.630	33.000	13.031	225.661	261.323
Comércio, Serviços e Outras	4.524	-	-	4.524	4.443
Suprimento a Outras Concessionárias	166.543	41.578	6.394	214.515	215.817
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	813	452.862	6.819	460.494	20.777
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(6.314)	(6.314)	(6.633)
	351.510	527.440	19.930	898.880	495.727
Circulante				898.046	494.893
Não Circulante				834	834

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS a Recuperar	30.922	21.520
PASEP	722	678
COFINS	3.341	3.141
Outros	1.389	1.369
	36.374	26.708
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	26.813	25.815
PASEP	2.232	2.056
COFINS	10.341	9.521
	39.386	37.392
	75.760	64.100

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2012 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto de Renda	30.231	67.260
Contribuição Social	1.678	15.094
	31.909	82.354

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
ATIVO		
Obrigações Pós-Emprego	142.149	140.358
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.147	2.255
Variação Cambial	5	5
Taxa Administração	741	741
Concessão onerosa	60.290	60.586
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	6.755	4.747
Outros	11.098	6.530
	248.493	240.530
PASSIVO		
Custo Atribuído	(345.199)	(355.854)
Ajuste a Valor Presente	(79.790)	(80.272)
Ganho na Indenização de Transmissão	(80.844)	(80.844)
Custo de Captação	(534)	(534)
	(506.367)	(517.504)
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	(257.874)	(276.974)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	710.292	513.620
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(241.499)	(174.631)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	906	590
Resultado de Equivalência Patrimonial	26.047	17.467
Contribuições e Doações Indedutíveis	(102)	(35)
Outros	1106	(1.976)
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(213.542)	(158.585)
Imposto Corrente	(232.641)	(166.391)
Imposto Diferido	19.099	7.806
	(213.542)	(158.585)
Alíquota Efetiva	30,06%	30,88%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	31/03/2013	31/12/2012
Trabalhista	46.367	44.061
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233
Outros	3.090	2.917
	112.337	112.164
Outros		
Bloqueio Judicial	1.975	2.560
Outros	573	573
	2.548	3.133
	161.252	159.358

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Informações Contábeis Intermediárias.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig Geração e Transmissão e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$542.081 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 4.

O saldo restante refere-se a investimentos em transmissão que serão remunerados através de tarifa, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Concessões de transmissão	722.023	1.005.420
	722.023	1.005.420
Circulante	2.254	287.692
Não Circulante	719.769	717.728

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.005.420
Adição	17.796
Recebimentos	(298.173)
Transferências	(2.823)
Baixas	(197)
Saldo em 31 de março 2013	722.023

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	31/03/2013	31/12/2012
Hidrelétrica Cachoeirão	32.673	32.435
Guanhães Energia	40.349	20.001
Hidrelétrica Pipoca	23.399	20.419
Madeira Energia	443.522	427.944
Lightger	42.052	40.265
Baguari Energia	197.714	193.845
EBTE	163.019	153.618
Central Eólica Praias de Parajuru	59.191	59.991
Central Eólica Volta do Rio	74.603	74.136
Central Eólica Praias de Morgado	61.720	62.352
TAESA	2.315.127	2.251.094
Amazônia Energia	246.050	203.272
	3.699.419	3.539.372

a) Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre, basicamente, da mais valia das concessões e está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	31/12/2012	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31/03/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	1.999	-	(1.761)	-	32.673
Guanhães Energia	20.001	72	20.276	-	-	40.349
Hidrelétrica Pipoca	20.419	749	-	-	2.231	23.399
Madeira Energia	427.944	(7.422)	23.000	-	-	443.522
Baguari Energia	193.845	3.827	-	-	42	197.714
EBTE	153.618	9.401	-	-	-	163.019
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	(800)	-	-	-	59.191
Central Eólica Volta do Rio	74.136	467	-	-	-	74.603
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	(632)	-	-	-	61.720
TAESA	2.251.094	69.524	-	(5.491)	-	2.315.127
Lightger	40.265	1.787	-	-	-	42.052
Amazônia Energia	203.272	(894)	43.672	-	-	246.050
	3.539.372	78.078	86.948	(7.252)	2.273	3.699.419

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	66.679	49,00	35.000	66.193
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	20.308	82.346	49,00	20.308	40.819
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	47.754	49,00	41.360	41.671
Madeira Energia	5.299.571.724	10,00	5.299.572	4.435.218	10,00	5.069.572	4.279.438
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	284.922	69,39	10	279.340
EBTE	263.058.339	49,00	263.058	332.692	49,00	263.058	313.507
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	120.798	49,00	70.056	122.430
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	152.251	49,00	117.230	151.298
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	125.959	49,00	52.960	127.249
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	85.820	49,00	79.232	40.293
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.339.315	43,36	3.042.035	5.191.638
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	337.284	330.268	74,50	278.665	272.848

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a março de 2013		Janeiro a março de 2012	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	3.594	4.079	3.431	3.537
Guanhães Energia	52.000.000	-	148	-	24
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	-	2.027	-	3.110
Madeira Energia	5.299.571.724	-	(74.220)	-	(99.254)
Baguari Energia	1.000.000	-	5.521	-	5.790
EBTE	263.058.339	-	19.185	-	4.358
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	-	(1.633)	-	(902)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	-	953	-	547
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	-	(1.290)	-	(286)
Lightger	79.232.000	-	2.780	-	(349)
TAESA	1.033.496.721	12.664	160.341	214.267	95.820
Amazônia Energia	142.643.000	-	(1.200)	-	(1.076)

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, por meio do qual será transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passará a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passará a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a Companhia transferirá para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Em complemento ao disposto no Fato Relevante de 17 de maio de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou, em 09 de abril de 2013, as transferências, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), (i) dos controles societários diretos das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) dos controles societários indiretos das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE, detidos pela Companhia e por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig-GT.

A conclusão da Reestruturação Societária ainda está sujeita à anuência dos bancos financiadores, destacadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Taesa desembolsará, na data da conclusão da Reestruturação Societária, prevista para o 2º trimestre de 2013, o valor de R\$1.907 milhão (montante em 31 de março de 2013), corrigido pelo CDI, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Transferência de controle

A Resolução Autorizativa nº3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17.01.2013, Seção 01, pág 53; anuiu à reestruturação societária da TAESA, controlada em conjunto da Cemig GT, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em TAESA, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a TAESA. As concessionárias têm 120 (cento e vinte) dias para implementação das transferências e 30 (trinta) dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com 60 (sessenta) dias para assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas.

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

Em 31 de março de 2013, a coligada Madeira Energia S.A. – MESA (“MESA”), apresentava excesso de passivos consolidados sobre ativos circulantes consolidados no montante de R\$1.352.872, decorrente, principalmente, do vencimento em 30 de setembro de 2013, da 5ª e 6ª parcelas das debêntures emitidas por aquela entidade e por conta pagamentos a fornecedores e provisões socioambientais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com o saldo de R\$2.076.815 de adiantamento a fornecedores e com os aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$1.371.000 (não revisado pelos auditores independentes), para os próximos trimestres de 2013.

O Consórcio Construtor Santo Antônio – CCSA, responsável pelas obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos da UHE Santo Antônio, está pleiteando uma compensação financeira, junto a MESA, referente à elevação dos custos da obra em função das greves e paralisações ocorridas nos anos de 2009 a 2012 que elevaram os valores dos benefícios concedidos à classe trabalhadora, assim como pelos custos incorridos em função do período das paralisações. Diante do exposto, a MESA está analisando o pleito e contratando peritos e especialistas para estudarem o mérito da compensação.

Opções de venda

A Cemig concedeu a Fundo de Participações que é acionista da Taesa uma opção de venda de suas ações da Companhia na data de 30 de outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

A Cemig GT não registrou obrigações em suas demonstrações financeiras decorrentes dessa opção, tendo em vista que o Fundo de Participações participa do controle em conjunto da Controlada e a estimativa do valor justo das ações a serem eventualmente adquiridas é superior ao valor das opções, conforme estimativas da Companhia.

14. IMOBILIZADO

	31/03/2013			31/12/2012		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	16.403.288	(11.268.038)	5.135.250	16.400.614	(11.198.031)	5.202.583
Terrenos	374.817	-	374.817	374.817	-	374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.156.723	(4.862.405)	2.294.318	7.156.602	(4.830.719)	2.325.883
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.076.028	(1.473.139)	602.889	2.075.811	(1.465.920)	609.891
Máquinas e Equipamentos	6.771.095	(4.914.110)	1.856.985	6.768.681	(4.883.319)	1.885.362
Veículos	15.017	(9.280)	5.737	15.092	(8.989)	6.103
Móveis e Utensílios	9.608	(9.104)	504	9.611	(9.084)	527
Em Curso	210.182	-	210.182	211.690	-	211.690
Imobilizado Líquido	16.613.470	(11.268.038)	5.345.432	16.612.304	(11.198.031)	5.414.273

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2012	Adição/ Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2013
Em Serviço	5.202.583	3.959	1.635	(4)	(72.923)	5.135.250
Terrenos	374.817	-	-	-	-	374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.325.883	121	-	-	(31.686)	2.294.318
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	609.891	217	-	-	(7.219)	602.889
Máquinas e Equipamentos	1.885.362	3.619	1.635	(4)	(33.627)	1.856.985
Veículos	6.103	-	-	-	(366)	5.737
Móveis e Utensílios	527	2	-	-	(25)	504
Em Curso	211.690	(1.508)	-	-	-	210.182
Imobilizado Líquido	5.414.273	2.451	1.635	(4)	(72.923)	5.345.432

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

15. INTANGÍVEIS

	31/03/2013			31/12/2012		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	68.260	(40.160)	28.100	71.788	(41.981)	29.807
Servidão	12.877	(1.790)	11.087	12.877	(1.766)	11.111
Concessão Onerosa	25.428	(8.867)	16.561	25.428	(8.662)	16.766
Outros	29.955	(29.503)	452	33.483	(31.553)	1.930
Em Curso	34.124	-	34.124	34.108	-	34.108
Intangível Líquido	102.384	(40.160)	62.224	105.896	(41.981)	63.915

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2012	Adição	Amortização	Transferências	31/03/2013
Em Serviço	29.807	-	(460)	(1.247)	28.100
Servidão	11.111	-	(24)	-	11.087
Concessão Onerosa	16.766	-	(205)	-	16.561
Outros	1.930	-	(231)	(1.247)	452
Em Curso	34.108	430	-	(414)	34.124
Ativos em formação	34.108	430	-	(414)	34.124
Total	63.915	430	(460)	(1.661)	62.224

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579 (Lei 12.783), que trata das renovações das concessões. Mais detalhes vide nota explicativa nº 04.

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	165.261	147.975
Materiais e Serviços	48.237	58.828
	213.498	206.803
Circulante	213.167	206.569
Não Circulante (*)	331	234

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos circulantes

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS	28.949	38.020
COFINS	24.443	25.111
PASEP	5.306	5.452
INSS	3.351	4.260
Outros	2.671	3.772
	64.720	76.615
Não Circulante		
COFINS	83.175	83.175
PASEP	18.058	18.058
	101.233	101.233
	165.953	177.848

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	31/03/2013						31/12/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	23.310	-	23.310	22.848
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	31.629
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	626.752	300.000	926.752	911.432
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	43.942	-	43.942	43.068
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	777	-	777	793
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.952	94.112	102.064	103.955
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	464	-	464	1.003
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	35.378	-	35.378	34.677
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	9.765	-	9.765	12.998
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.476	-	7.476	7.593
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	46.940	-	46.940	46.006
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.777	12.727	17.504	18.686
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	12.703	442.348	455.051	447.250
Consórcio Pipoca	2013	IPCA	R\$	184	-	184	186
Dívida em Moeda Nacional				820.420	849.187	1.669.607	1.682.124
Total de Empréstimos e Financiamentos				820.420	849.187	1.669.607	1.682.124
Debêntures							
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	54.335	54.335	52.758
Debêntures (1)	2015	IPCA + 7,68	R\$	467.690	467.914	935.604	1.444.590
Debêntures (1)	2017	CDI+ ,90	R\$	4.192	479.859	484.051	517.396
Debêntures (1)	2019	IPCA + 6,00	R\$	1.426	214.088	215.514	220.211
Debêntures (1)	2022	IPCA + 6,20	R\$	4.950	717.162	722.112	738.884
Total de Debêntures				478.258	1.933.358	2.411.616	2.973.839
Total Geral				1.298.678	2.782.545	4.081.223	4.655.963

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Indexadores									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	54.334	54.334
FINEL (2)	9.765	-	-	-	-	-	-	-	9.765
IPCA (3)	19.862	453.994	468.224	-	-	106.935	107.043	717.358	1.873.416
CDI (4)	801.491	300.406	147.401	147.401	627.442	-	-	-	2.024.141
TJLP/URTJ	9.642	12.345	10.371	9.976	9.976	9.390	7.631	50.236	119.567
	840.760	766.745	625.996	157.377	637.418	116.325	114.674	821.928	4.081.223

(1) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(2) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL

(3) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2013	Variação Acumulada em 2012 %	Indexadores	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2013	Variação Acumulada em 2012 %
Dólar Norte-Americano	(1,45)	8,94	IGP-M	0,84	7,82
Euro	(4,08)	10,73	CDI	1,64	8,37
			IPCA	1,94	5,84

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.655.963
Variação monetária e cambial	45.103
Encargos financeiros provisionados	70.332
Encargos Financeiros Pagos	(197.722)
Amortização de financiamentos	(492.453)
Saldo em 31 de março de 2013	4.081.223

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2013	31/12/2012
Reserva Global de Reversão - RGR	23.656	23.656
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	5.029
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.291	7.337
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.624	1.634
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.052	4.466
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.733	2.774
Pesquisa e Desenvolvimento	71.708	71.845
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.961	1.482
	110.025	118.223
Passivo Circulante	60.348	75.288
Passivo Não Circulante	49.677	42.935

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012					
Reapresentado	239.440	182.826	4.874	169.706	596.846
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	6.881	4.920	132	4.434	16.367
Contribuições Pagas	(5.601)	(3.324)	(107)	(786)	(9.818)
Passivo Líquido em 31 de março de 2013	240.720	184.422	4.899	173.354	603.395
Passivo Circulante					12.029
Passivo Não Circulante					591.366

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa 2.3, a Companhia reconheceu no resultado abrangente de forma retrospectiva, os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas demonstrações financeiras.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2013
Trabalhistas	6.707	5.061	-	(247)	11.521
Cíveis	287	10	(13)	-	284
Tributárias	1.860	795	-	-	2.655
Ambientais	4.183	335	-	(66)	4.452
Regulatórias	-	1	-	-	1
Outras	926	9	(223)	(3)	709
Total	13.963	6.211	(236)	(316)	19.622

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$30.500, dos quais R\$11.521 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas no montante de R\$2.456, dos quais R\$284 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$17.251, dos quais R\$2.655 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$15.200, dos quais R\$4.452 foram provisionados.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$6.032, dos quais R\$710 foram provisionados. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$48.769.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$359.124, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$80.384 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$137.798. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.654.887. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$3.296.785, representado, em 2013, por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	496.750	355.035
Lucro por ação (em R\$)	0,1715	0,1226

Ajustes de avaliação patrimonial

	31/03/2013	31/12/2012
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(100.358)	(100.358)
Custo Atribuído de Imobilizado	666.517	690.776
Ajustes de avaliação patrimonial	566.159	590.418

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2013	31/03/2012 Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.048.464	1.021.258
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	114.344	202.027
Receita de Construção (b)	17.639	23.538
Transações com energia na CCEE	453.037	113.951
Outras receitas operacionais	4.718	7.540
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (c)	(251.731)	(305.774)
	1.386.471	1.062.540

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Industrial	4.336.814	4.722.176	605.041	639.364
Comercial	76.854	51.025	16.228	9.738
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(31.320)	(6.471)
	4.413.668	4.773.201	589.949	642.631
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	4.004.972	3.535.735	458.515	378.627
	8.418.640	8.308.936	1.048.464	1.021.258

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Construção

Refere-se a receita apropriada quando da construção dos ativos de transmissão com base em parcela do fluxo de caixa adicional previsto em função do novo empreendimento, sendo alocados em conformidade ao estágio de conclusão da obra.

(c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2013	31/03/2012
Tributos sobre a Receita		
ICMS	104.371	109.460
COFINS	102.049	96.628
PIS-PASEP	22.149	20.977
ISSQN	134	292
	228.703	227.357
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	-	32.795
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	9.128	18.410
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	16.824
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	5.623	4.155
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	5.623	4.155
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.654	2.078
	23.028	78.417
	251.731	305.774

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal(a)	109.085	74.237
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	13.434	13.001
Obrigações Pós-Emprego	9.485	7.498
Materiais	2.067	2.469
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	42.942	-
Serviços de Terceiros (b)	24.742	26.790
Depreciação e Amortização	73.371	83.269
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	32.465	47.011
Provisões Operacionais	5.428	3.648
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	62.830	66.357
Energia Elétrica Comprada para Revenda	229.780	111.458
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	17.639	23.538
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	17.739	15.438
	641.007	474.714

a) Despesa com pessoal	31/03/2013	31/03/2012
Remunerações e Encargos	61.766	60.421
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.229	4.019
Benefícios Assistenciais	7.881	7.066
	73.876	71.506
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(791)	(3.256)
	73.085	68.250
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	36.000	5.987
	109.085	74.237

Programas de Desligamento de Empregados:

a) Programa de Incentivo ao Desligamento – PID

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa, provisionado no 1º trimestre de 2013, foi de R\$31.900, em conformidade a adesão de 207 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril à junho de 2013.

b) Serviços de Terceiros	31/03/2013	31/03/2012
Comunicação	1.009	1.184
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	4.812	4.305
Conservação e Limpeza de Prédios	4.285	5.008
Mão de Obra Contratada	804	1.020
Fretes e Passagens	235	494
Hospedagem e Alimentação	257	774
Vigilância	1.555	2.755
Consultoria	1.007	182
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	480	593
Manutenção e Conservação de Veículos	643	664
Energia Elétrica	736	870
Meio Ambiente	4.313	3.466
Limpeza de Faixas	384	543
Serviços de Reprografia	240	446
Serviços advocatícios e Custas Processuais	593	1.337
Outros	3.389	3.149
	24.742	26.790

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2013	31/03/2012
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	14.287	22.132
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.876	682
Variação Monetária	501	576
Variações Cambiais	2	97
Outras	1.080	1.325
	17.746	24.812
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(71.049)	(104.439)
Variação Monetária – Forluz	(6.881)	(5.696)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(45.103)	(21.175)
Variações Cambiais	(18)	(4)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(3.598)	(1.174)
Ajuste a Valor Presente	(1.417)	(4.402)
Outras	(2.930)	(5.384)
	(130.996)	(142.274)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(113.250)	(117.462)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	749	749	-	-	-	-
Pessoal Cedido (2)	-	-		2.586	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	399.476	399.476	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	1.470	1.470	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação	-	-	18.063	18.063	-	-	-	-
Suprimento a Outras concessionárias (3)	9.490	13.293	-	-	22.665	30.206	(1.001)	(1.361)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	5.635	17.467	2.026	3.274	13.976	36.473	(8.969)	(10.585)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	16.629	16.629	-	-	-	-	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	43.207	37.716	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	3.517	1.068	-	-	(7.958)	(3.199)
Light								
Circulante								
Suprimento a Outras concessionárias (3)	-	-	-	130	-	7.621	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	97	127	5	1	1.788	1.245	(15)	(3)
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	26.218	26.218	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	-	-	16	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Não Circulante								
Debêntures (4)	-	-	54.335	52.758	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	12.029	11.593	-	-	(6.881)	(7.498)
Despesa de Pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(4.229)	(4.019)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(1.266)	(1.278)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	228.691	202.324	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	189.321	187.702	-	-	(5.052)	(2.198)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
 - (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;
 - (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
 - (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
 - (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
 - (6) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
 - (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
 - (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 16, 18, 20 e 22.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela controladora.

	31/03/2013	31/03/2012
Remuneração	2.064	2.426
Participação nos Resultados	595	-
Benefícios Pós Emprego	159	163
Benefícios Assistenciais	27	28
Total	2.845	2.617

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionário – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Concessões a Pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa	437.575	437.575	506.171	506.171
Consumidores e Revendedores	898.880	898.880	495.727	495.727
Concessionários - Transporte de Energia	25.127	25.127	65.657	65.657
Ativos Financeiros da Concessão	179.942	179.942	177.901	177.901
	1.541.524	1.541.524	1.245.456	1.245.456
Disponíveis para Venda				
Ativos Financeiros da Concessão	542.081	542.081	827.519	827.519
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	101.317	101.600	414.469	415.627
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	228.740	228.740	71.484	71.484
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	213.498	213.498	206.803	206.803
Concessões a Pagar	182.517	300.390	180.661	298.572
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.081.223	4.420.108	4.655.963	5.029.342
Dívida Pactuada com Forluz	240.720	240.720	239.440	239.440
	4.717.958	5.174.716	5.282.867	5.774.157

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	31/03/2013	31/12/2012
Ativos		
Equivalentes de Caixa (nota 6)	437.575	506.171
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	330.057	485.953
Fundos Vinculados	26	6
	<u>767.658</u>	<u>992.130</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(2.024.141)	(2.063.695)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(119.567)	(122.641)
	<u>(2.143.708)</u>	<u>(2.186.336)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.376.050)</u>	<u>(1.194.206)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 8,75% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/03/2013	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 8,75% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 10,94% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 13,13% TJLP 7,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (nota 6)	437.575	475.863	485.446	495.029
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	330.057	358.937	366.165	373.393
Fundos Vinculados	26	28	29	29
	<u>767.658</u>	<u>834.828</u>	<u>851.640</u>	<u>868.451</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 18)	(2.024.141)	(2.201.253)	(2.245.582)	(2.289.911)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 18)	(119.567)	(125.545)	(127.040)	(128.535)
	<u>(2.143.708)</u>	<u>(2.326.798)</u>	<u>(2.372.622)</u>	<u>(2.418.446)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.376.050)</u>	<u>(1.491.970)</u>	<u>(1.520.982)</u>	<u>(1.549.995)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(115.920)</u>	<u>(144.932)</u>	<u>(173.945)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	31/03/2013	31/12/2012
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.873.416)	(2.403.871)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(54.334)	(52.758)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	542.081	827.519
Passivo Líquido Exposto	(1.385.669)	(1.629.110)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,24% e 5,14%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2013	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,24% IGP-M 5,14%	Cenário Possível IPCA 6,55% IGP-M 6,43%	Cenário Remoto IPCA 7,86% IGP-M 7,71%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.873.416)	(1.971.583)	(1.996.125)	(2.020.666)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IGP-M (nota 18)	(54.334)	(57.127)	(57.828)	(58.523)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão	542.081	569.944	576.937	583.875
Passivo Líquido Exposto	(1.385.669)	(1.458.766)	(1.477.016)	(1.495.314)
Efeito Líquido da Variação da inflação		(73.097)	(91.347)	(109.645)

Risco de Liquidez

A Companhia administra risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A Cemig Geração e Transmissão utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Companhia estabelece um caixa mínimo para suas operações.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	213.167					213.167
JSCP	-		399.476			399.476
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	49.729	30.315	1.471.853	2.530.820	1.912.036	5.994.753
Concessões a pagar	1.609	4.856	12.957	63.888	156.410	239.720
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.889	3.772	17.349	105.057	210.179	338.246
	266.394	38.943	1.901.635	2.699.765	2.278.625	7.185.362

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$6.314.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo CEMIG. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas da Companhia para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis.

b) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Total do Passivo	6.198.790	6.772.463
Caixa e Equivalentes de Caixa	(438.337)	(509.152)
Passivo Líquido	5.760.453	6.263.311
Total do Patrimônio Líquido	5.802.798	5.306.048
Relação Passivo Líquido sobre Capital	0,99	1,18

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/03/2013	Valor justo em 31 de março de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	161.708	-	161.708	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	30.807	30.807	-	-
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	26.017	-	26.017	-
Debêntures	5.604	-	5.604	-
Outros	4.604	-	4.604	-
	228.740	30.807	197.933	-
Ativos Financeiros da Concessão	542.081	-	-	542.081
Total	770.821	30.807	197.933	542.081

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, são utilizadas cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro, bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DESCRIÇÃO	31 de março de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	8.362.106	3.639.482	12.001.588
INVESTIMENTO	2.451	18.069	20.520
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.339.462	47.009	1.386.471
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(229.780)	-	(229.780)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(62.791)	(39)	(62.830)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(71.245)	(37.840)	(109.085)
Participação dos Empregados	(9.028)	(4.406)	(13.434)
Obrigação Pós Emprego	(6.374)	(3.111)	(9.485)
Material	(1.426)	(641)	(2.067)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(42.942)	-	(42.942)
Serviços de Terceiros	(18.867)	(5.875)	(24.742)
Depreciação e Amortização	(73.371)	-	(73.371)
Provisões	(3.648)	(1.780)	(5.428)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(32.465)	-	(32.465)
Custo de Construção	-	(17.639)	(17.639)
Outras	(12.657)	(5.082)	(17.739)
	(272.023)	(76.374)	(348.397)
CUSTO TOTAL	(564.594)	(76.413)	(641.007)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(846)	78.924	78.078
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	774.022	49.520	823.542
Receitas Financeiras	13.453	4.293	17.746
Despesas Financeiras	(69.604)	(61.392)	(130.996)
Resultado antes do IR e CSLL	717.871	(7.579)	710.292
Imposto de Renda e Contribuição Social	(264.472)	31.831	(232.641)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.712	(2.613)	19.099
RESULTADO DO EXERCÍCIO	475.111	21.639	496.750

DESCRIÇÃO	31 de março de 2012		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	8.287.758	3.655.568	11.943.326
INVESTIMENTO	2.656	23.651	26.307
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	947.583	114.957	1.062.540
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(111.458)	-	(111.458)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(66.304)	(53)	(66.357)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(46.736)	(27.501)	(74.237)
Participação dos Empregados	(8.737)	(4.264)	(13.001)
Obrigação Pós Emprego	(5.039)	(2.459)	(7.498)
Material	(1.694)	(775)	(2.469)
Serviços de Terceiros	(18.900)	(7.890)	(26.790)
Depreciação e Amortização	(83.252)	(17)	(83.269)
Provisões	(2.190)	(1.458)	(3.648)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(47.011)	-	(47.011)
Custo de Construção	-	(23.538)	(23.538)
Outras	(10.759)	(4.679)	(15.438)
	(224.318)	(72.581)	(296.899)
CUSTO TOTAL	(402.080)	(72.634)	(474.714)
Resultado de Equivalência Patrimonial	988	42.268	43.256
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	7.885	16.927	24.812
Despesas Financeiras	(69.391)	(72.883)	(142.274)
Resultado antes do IR e CSLL	484.985	28.635	513.620
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.886)	(161.505)	(166.391)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	329	7.477	7.806
RESULTADO DO EXERCÍCIO	480.428	(125.393)	355.035

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2013, um resultado de R\$496.750, em comparação ao resultado de R\$355.035 no primeiro trimestre de 2012, um aumento de 39,92%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 30,49% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 35,03% nos Custos e Despesas Operacionais. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no primeiro trimestre de 2013 na comparação com o primeiro trimestre de 2012, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2013	31/03/2012 Reclassificado	Var %
Resultado do Período	496.750	355.035	39,92
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	213.542	158.585	34,65
+ Resultado Financeiro Líquido	113.250	117.462	(3,59)
+ Amortização e Depreciação	73.371	83.269	(11,89)
= LAJIDA	896.913	714.351	25,56

LAJIDA



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos

semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2013 em comparação ao primeiro trimestre de 2012 deve-se, principalmente, ao aumento de 30,49% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 45,01% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Apesar do crescimento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2013, a sua margem diminuiu passando de 67,20% no primeiro trimestre de 2012 para 64,70% no primeiro trimestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Industrial	4.336.814	4.722.176	605.041	639.364	139,51	135,40
Comercial	76.854	51.025	16.228	9.738	211,15	190,85
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(31.320)	(6.471)	-	-
	4.413.668	4.773.201	589.949	642.631	133,66	134,63
Suprimento a Outras Concessionárias	4.004.972	3.535.735	458.515	378.627	114,49	107,09
	8.418.640	8.308.936	1.048.464	1.021.258	124,54	122,91

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.048.464 no primeiro trimestre de 2013 em comparação a R\$1.021.258 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 2,66%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 13,27% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias associado à variação do preço médio que passou de R\$107,09 no primeiro trimestre de 2012 para R\$114,49 no primeiro trimestre de 2013. Decorrente dessas variações, a receita com energia vendida a outras concessionárias aumentou em 21,10%, R\$458.515 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$378.627 no primeiro trimestre de 2012.

A receita com consumidores livres reduziu em 8,20%, R\$589.949 no primeiro trimestre de 2013 em comparação a R\$642.631 no primeiro trimestre de 2012. Este resultado decorre principalmente da redução de 7,53% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres, em função da redução da atividade econômica no período.

Receita de Concessão da Transmissão

A receita de concessão da transmissão foi de R\$114.344 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$202.027 no primeiro trimestre de 2012, uma redução de 43,40%. Esta variação decorre principalmente da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia, a partir de 2013, passou a incidir apenas sobre a em que a

remuneração ocorre apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei nº 12.783).

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$453.037 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$113.951 no primeiro trimestre de 2012, um aumento de 297,57%. Esta variação decorre principalmente de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, sendo que o preço médio do PLD em 2013 foi significativamente superior ao verificado em 2012 (R\$322,75 por MWh em 2013 e R\$66,26 por MWh em 2012).

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$251.731 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$305.774 no primeiro trimestre de 2012, uma redução de 17,67%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A partir de fevereiro de 2013, através da Resolução Homologatória da Aneel, a Companhia ficou isenta de recolhimento da Conta de Consumo de Combustível – CCC. Os gastos com CCC no primeiro trimestre de 2012 foram de R\$16.824. Referia-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão era, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA

Os gastos com CDE e Proinfa foram de R\$9.128 no primeiro trimestre de 2013 na comparação com R\$18.410 no primeiro trimestre de 2012, uma redução de 50,42% em decorrência da Resolução Homologatória da Aneel que reduziu em 75% o valor de recolhimento da CDE. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás e o Proinfa tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A partir de fevereiro de 2013, através da Resolução Homologatória da Aneel, a Companhia ficou isenta de recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR no primeiro trimestre de 2012 foram de R\$32.795. A RGR é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$641.007 no primeiro trimestre de 2013 na comparação com R\$474.714 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 35,03%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$229.780 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$111.458 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 106,16%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização em 2013, com a compra de energia para revenda, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$109.085 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$74.237 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 46,94%. Este resultado decorre, principalmente, da provisão contabilizada no mês de março de 2013 decorrente das adesões de empregados ao PID – Programa Incentivo ao Desligamento da Companhia, no montante de R\$36 milhões. Maiores informações na Nota Explicativa nº 24 a das Informações Contábeis Intermediárias.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$24.742 no primeiro trimestre de 2013 na comparação com R\$26.790 no primeiro trimestre de 2012 representando uma redução de 7,64%. A principal variação ocorreu nos serviços de conservação e limpeza de prédios, vigilância e serviços advocatícios e custas processuais. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 24b das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$5.428 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$3.648 no primeiro trimestre de 2012. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de provisões para contingências trabalhistas no montante de R\$4.815 em março de 2013 para adequação às expectativas de perdas da Companhia compensados parcialmente pelas reversões de PDD – Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa no montante de R\$1.116 em março de 2013.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$42.942 no primeiro trimestre de 2013. Este resultado decorre do custo do óleo combustível usado na termelétrica Usina de Igarapé que entrou em atividade em 2013, decorrente do baixo nível de água dos reservatórios das hidrelétricas.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$113.250 no primeiro trimestre de 2013 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$117.462 no primeiro trimestre de 2012, uma redução de 3,59%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 35,45% na receita de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2013 e queda das taxas de juros no país .
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$71.049 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$104.439 no primeiro trimestre de 2012. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI no primeiro trimestre de 2013 em comparação ao mesmo período de 2012;
- aumento na despesa com variação monetária de Empréstimos e Financiamentos: R\$45.103 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$21.175 no primeiro trimestre de 2012. Esse aumento decorre basicamente de novas captação através da emissão de debêntures em 2012 e da maior variação do IPCA E IGPM no primeiro trimestre de 2013 em comparação ao mesmo período de 2012;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou no primeiro trimestre de 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$213.542 em relação ao Resultado de R\$710.292, representando um percentual de 30,06%. No primeiro trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$158.585 em relação ao Resultado de R\$513.620 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 30,88%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.3 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 14 às informações contábeis intermediárias, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados poderá ou não ser alterado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, a coligada Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras das operações da entidade. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2012 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Exceto pelos ajustes relacionados ao balanço patrimonial apresentado na nota explicativa 2.3, que não foram examinados por nós ou por outros auditores, o exame do balanço patrimonial correspondente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.3, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2013, e relatório de revisão, com data de 15 de maio de 2013, ambos contendo ênfase relacionada ao parágrafo sobre a coligada Madeira Energia S.A. descrita no item “Ênfases” acima.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG